

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43

**ATA DA 10ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO  
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 10ª REGIÃO – MG  
10ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**Ao 8º (oitavo) dia do mês de outubro de 2024**, realizou-se, de forma híbrida, a 10ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Regional de Economia – 10ª Região – Minas Gerais (CORECON-MG), de forma presencial os conselheiros e as conselheiras economistas: Valquíria Aparecida Assis, Carolina Rocha Batista, Alzira Alice de Souza, Ario Maro de Andrade e Davyson Demmer Guimarães Barbosa. De forma virtual os conselheiros e conselheiras Lourival Batista de Oliveira, Wallace Marcelino Pereira, Beatriz Cavalcante de Oliveira Barros, Tania Cristina Teixeira. A abertura dos trabalhos ocorreu às 18 horas e 30 minutos. Em primeira convocação, deu-se início à reunião. Com a palavra, a presidente Valquíria Aparecida Assis que presidiu a mesa, convidou para assessorar a plenária o gerente executivo Breno Leandro do Carmo Corrêa.

**I – EXPEDIENTE:**

**1 - APROVAÇÃO DA ATA DA 9ª REUNIÃO PLENÁRIA DE 10/09/2024:** Após a leitura da Ata, a mesma foi aprovada por unanimidade.

**2- RELATÓRIO DA PROCURADORIA:** A Dra. Débora iniciou a reunião apresentando o relatório dos processos que envolvem o Conselho Regional de Economia nos tribunais. Informou que até o momento foram levantados 78 processos relacionados ao conselho. Esse número ainda não está encerrado, pois, diariamente, são recebidas novas citações, intimações e localizados processos para serem inseridos no relatório no sistema de gerenciamento. Com a inclusão dessas ações no sistema jurídico e de inteligência artificial já vinculado a todos os tribunais, é possível acompanhar a movimentação dos processos. Assim, os processos que eventualmente estão parados podem ter seu andamento processual desenvolvido, evitando ordens de prescrição de anuidade ou encerramento por falta de andamento. Também é possível identificar processos que estão parados há mais de um ano e que podem resultar em determinações judiciais de arquivamento por falta de interesse em agir do conselho. O trabalho de relacionar, mapear e identificar o ativo do conselho em termos de execução fiscal é essencial para saber o que não está sendo recebido devido à ausência de pagamento e o que está em execução. Existem também processos em que o conselho é acionado em sede de embargos, como exemplificado pela Dra. Débora, nos quais, em uma ação de execução, o devedor pode alegar que o pagamento não é devido e solicitar reparação moral por negativação ou pela execução fiscal. Por isso, o mapeamento e provisionamento são importantes. Em relação ao ativo, o conselho pode saber, em termos financeiros, quanto há de pendente de pagamento e o que pode ser recebido por sentença judicial ou penhora online nas contas dos executados. Por outro lado, o passivo processual pode ser identificado, representando os economistas negativados que contestam a cobrança de anuidades e movem ações de embargos à execução fiscal para requerer baixa da negativação, cancelamento da cobrança e eventual reparação moral. Esse gerenciamento é importante para que, em caso de condenação determinando pagamento pelo conselho de valores como 3, 5 ou 10 mil reais, seja possível antecipar recursos e registrá-los nos controles financeiros, evitando surpresas. O gerenciamento de processos permite ao conselho conhecer plenamente o ativo e o passivo, porém esse trabalho ainda está em estágio inicial. A Dra. Débora informou que já entregou uma primeira versão do relatório ao gerente

44 Breno e a presidente Valquíria e que pretende organizá-lo em planilhas de Excel e atualizar os  
45 valores. Até a próxima reunião, será possível consolidar todos os dados em Excel, atualizar os  
46 valores e identificar os pagamentos realizados e os pendentes. A Dra. Débora destacou a  
47 importância desse trabalho, para que a presidente Valquíria e o gerente Breno e os demais  
48 conselheiros consigam lidar com as contribuições passivas, ações judiciais e prever tanto o  
49 recebimento quanto possíveis despesas processuais e condenações. O conselheiro Lourival  
50 iniciou sua fala parabenizando a Dra. Débora pelas informações compartilhadas e direcionou  
51 uma pergunta ao gerente Breno: Qual é o valor desses processos apresentados hoje? Além disso,  
52 questionou se há atrasos nos processos que ainda estão no conselho, ressaltando que isso pode  
53 implicar em cobranças e questões semelhantes. A Dra. Débora informou que, em relação ao  
54 atraso mencionado, o gerente Breno realizou diligências em algumas áreas do conselho. A Dra.  
55 Débora destacou que acompanhou a movimentação administrativa para conhecer o fluxo, uma  
56 vez que é difícil participar de um processo sem compreender seu funcionamento. Breno  
57 apresentou as áreas envolvidas e foram realizadas reuniões com alguns departamentos do  
58 conselho. A Dra. Débora observou que o passivo parece estar controlado e regularizado. Existe  
59 um pequeno volume de ações referentes às anuidades atrasadas que ainda não foram ajuizadas  
60 devido ao risco já mencionado. Por serem ações muito antigas, há um risco potencial de que a  
61 cobrança possa ser declarada ilegal, ilegítima ou prescrita, o que implicaria em um possível  
62 risco de condenação e sucumbência para o conselho. A Dra. Débora explicou que, ao propor  
63 uma ação cujo direito de execução já esteja prescrito, pode haver condenação por danos morais  
64 pela cobrança de anuidade cujo direito de execução já estaria, teoricamente, esgotado. Existe  
65 uma lista de 22 processos que estão sob análise para avaliação do risco, a fim de decidir se as  
66 ações de execução serão propostas ou não. A Dra. Débora ressaltou que esses 22 processos serão  
67 analisados com muita cautela para evitar que o conselho precise arcar com custos adicionais.  
68 Cada processo terá, naturalmente, um parecer, conforme já discutido com o jurídico Glaydson,  
69 para avaliar o risco potencial e definir a postura a ser adotada em relação a essas demandas e  
70 execuções. A Dra. Débora informou que irá elaborar o relatório do sistema recém-apresentado, o  
71 qual não possui classificação de risco. No entanto, ressaltou que o relatório gerencial não deve  
72 ser avaliado apenas com base no sistema. Em grandes empresas, para o gerenciamento de riscos,  
73 existem duas versões de relatório: um relatório sistêmico, que permite acompanhar o andamento  
74 do processo e acessar questões mais práticas, e um relatório resumido, que é o relatório  
75 gerencial em Excel com a previsão de risco, que será encaminhado na próxima reunião. Sobre os  
76 novos casos recebidos, a advogada mencionou que recentemente recebeu uma citação referente  
77 a um embargo de execução, do qual tomou ciência e informou ao conselho conforme solicitado  
78 pelo oficial. Este novo encaminhamento trata apenas de um andamento processual. No  
79 momento, o trabalho mais intenso para o escritório tem sido tomar nota e participar de todas as  
80 ações, pois são processos nos quais é necessário se habilitar, requerer que as citações e  
81 intimações sejam realizadas diretamente e situar-se no contexto. Até dias atrás, acreditava-se  
82 que o conselho estava lidando com 35 a 40 ações, mas, até o momento, foram identificadas  
83 quase 100 ações em andamento. É importante ter ciência dessa quantidade, pois 100 ações em  
84 curso envolvem diversas questões, como custos processuais e o potencial de gerar riscos de  
85 passivo ou retorno financeiro. O trabalho mais desafiador para o escritório tem sido fazer esse

86 levantamento do zero, a partir de intimações e notificações, para capturar todas as informações  
87 necessárias e incluí-las no relatório gerencial. Assim, uma vez que o relatório estiver completo,  
88 a inclusão de novos casos será mais simples, facilitando a gestão das ações. No momento, trata-  
89 se de buscar cada processo que envolva o CNPJ do conselho e reunir as informações. O  
90 conselheiro Wallace Pereira iniciou sua fala parabenizando o mapeamento e planejamento e  
91 questionou qual é a proporção entre pessoas jurídicas e físicas. A Dra. Débora respondeu que o  
92 número de pessoas jurídicas é bem menor do que o de pessoas físicas. Contudo, as pessoas  
93 jurídicas são as que mais apresentam embargos à execução. Geralmente, as pessoas físicas são  
94 apenas intimadas para tomar ciência do débito ou não pagam e deixam o processo seguir. O que  
95 mais demanda trabalho em termos de embargos e risco de condenação são as ações movidas por  
96 pessoas jurídicas, pois estas costumam ter equipes jurídicas que as representam. Com a palavra,  
97 a presidente Valquíria, informou que, de fato, o conselho tem avançado na questão do registro,  
98 que ainda não está completamente ajustado, mas já apresenta melhorias em comparação ao  
99 início, considerando os atrasos causados pela pandemia no CORECON. Em conversa com o  
100 gerente Breno, mencionou a necessidade de encaminhar para a comissão de contas a solicitação  
101 de uma pessoa para o setor de registros. Nesse período de um ano, quatro estagiários já  
102 passaram pelo setor, mas não permanecem; quando começam a aprender os procedimentos,  
103 acabam deixando o estágio. Uma das razões para isso é o valor da bolsa, que atualmente está em  
104 R\$ 900,00 por 6 horas de trabalho, além do vale-transporte. A presidente destacou que é  
105 necessário discutir essa questão com a comissão de contas, pois há atualmente um estagiário  
106 com bom desempenho, que em menos de 10 dias já demonstrou aptidão para as tarefas. Essa  
107 pauta já foi mencionada em outras ocasiões, mas a presidente Valquíria reforçou sua  
108 importância, especialmente considerando que a Dra. Débora está agora se dedicando à área  
109 jurídica e mapeando o funcionamento dos processos. A presidente ressaltou que a porta de  
110 entrada de muitos processos distribuídos no conselho passa pelo setor de registro. Explicou que,  
111 atualmente, apenas a funcionária Nildete e o Sérgio atuam no setor, e que o servidor Sérgio  
112 entrará de férias por uma semana, o que, em teoria, interromperá o fluxo de trabalho,  
113 acumulando o serviço. Destacou que, como o fluxo de estagiário é muito alto, o gerente Breno  
114 tem que interromper suas próprias tarefas para treinar um novo estagiário. A presidente  
115 enfatizou que o setor de registro não é apropriado para estagiários, mas sim para uma pessoa  
116 fixa que possa ser contratada. Ressaltou a alta rotatividade no setor e a necessidade de viabilizar  
117 melhorias, pois o setor impacta diretamente nos processos encaminhados à justiça. Se o registro  
118 não for bem gerido e acompanhado por alguém capacitado, haverá perda de processos e  
119 distribuição equivocada, gerando problemas que prejudicam o trabalho do conselho.

120 **3-Prestação de Contas:** O gerente Breno iniciou sua apresentação com dois relatórios: o  
121 primeiro, contendo os resultados de setembro, e o segundo, uma projeção para o restante do ano,  
122 conforme sugerido pelo conselheiro Lourival. Foram apresentados gráficos com resultados de  
123 forma mais sintética e um comparativo financeiro mensal de janeiro a setembro.  
124 Resumidamente, os meses em que o conselho apresentou superávit superaram os meses de  
125 superávit de 2023, e nos meses com déficit, o valor foi menor do que no ano anterior. Esse  
126 cenário refletiu em um acúmulo maior de receitas no resultado financeiro. O primeiro gráfico  
127 destaca esses pontos, e o segundo gráfico apresenta as receitas correntes em um comparativo

128 mensal. Observou-se que, em 2024, a receita corrente manteve-se sempre superior à de 2023.  
129 No mês de setembro, por exemplo, foi arrecadado um total de R\$125.000,00, enquanto no  
130 mesmo mês do ano passado a arrecadação foi de R\$84.000,00. Exceto pelo mês de maio, em  
131 que a arrecadação foi menor, os demais meses mostraram aumento na arrecadação. Sobre as  
132 despesas correntes em comparativo mensal, destacou-se que, devido ao maior número de  
133 eventos e realizações deste ano, as despesas foram um pouco superiores às de 2023. No entanto,  
134 esse aumento foi compensado pelas receitas superiores, conforme descrito na arrecadação de  
135 setembro. As receitas correntes acumuladas até setembro totalizaram R\$2.155.000,00,  
136 comparadas aos R\$1.600.000,00 do mesmo período de 2023, indicando um aumento expressivo  
137 na arrecadação. Com a palavra, a conselheira Carolina sugeriu que, nas análises comparativas de  
138 receita, fosse incluída uma curva com o crescimento real, ajustando o efeito da inflação. Dessa  
139 forma, seria possível visualizar o crescimento real e facilitar a comparação, evitando a perda da  
140 base de comparação das despesas. O gerente Breno retomou a palavra e destacou que as  
141 despesas correntes também tiveram um aumento. Em setembro, as despesas fecharam em  
142 R\$1.712.000,00, enquanto no ano passado, no mesmo período, o total foi de R\$1.552.000,00.  
143 Apesar desse aumento, ele foi compensado pelo crescimento da receita. No comparativo  
144 acumulado dos resultados econômicos, que considera o superávit e o déficit, o fechamento até  
145 setembro apresentou um saldo de R\$520.000,00, enquanto no ano passado o valor foi de  
146 R\$162.000,00, indicando um aumento significativo. Sobre as projeções solicitadas pelo  
147 conselheiro Lourival, o conselheiro Breno mencionou que, do ponto de vista das receitas, havia  
148 um saldo previsto anteriormente. Sobre as projeções solicitadas pelo conselheiro Lourival, o  
149 gerente Breno mencionou que, do ponto de vista das receitas, havia um saldo previsto  
150 anteriormente. Foi destacada uma projeção de arrecadação de R\$289.000,00, baseada em  
151 informações e médias dos últimos anos, considerando ainda a possibilidade de arrecadação em  
152 relação às anuidades que permanecem em aberto. Na previsão orçamentária de 2024, constava o  
153 valor de R\$2.232.447,48. Caso a arrecadação de R\$289.000,00 se concretize, haverá um  
154 aumento de R\$212.245,20 na arrecadação, superando assim a previsão orçamentária. No que  
155 tange às despesas correntes, o gerente Breno informou que foi calculado um montante de R\$  
156 642.700,00, projetado com base nos eventos previstos e nas despesas fixas. Ressaltou que já foi  
157 gasto um acumulado de R\$1.712.000,00, restando ainda despesas previstas no valor de R\$  
158 642.700,00. Considerando o resultado financeiro, o período de outubro a dezembro apresentará  
159 um déficit de R\$ 324.700,00, porém, levando em conta o superávit acumulado até o momento de  
160 R\$ 520.000,00, estima-se um superávit final de R\$ 186.492,26. Ressaltou-se que esses números  
161 são projeções baseadas na arrecadação e nas despesas previstas. O gerente Breno também  
162 informou que o COFECON encaminhou a resolução sobre as anuidades de 2025, destacando a  
163 necessidade de repetir o exercício realizado no ano anterior, de cálculo e projeção do valor a ser  
164 definido para a anuidade. O COFECON atualizou as anuidades com o INPC acumulado, que se  
165 encontra em 4,0%. A conselheira Tânia solicitou a palavra para comentar que, conforme  
166 mencionado na última plenária e em reunião virtual, houve de fato um reajuste nas anuidades.  
167 Com a palavra, o gerente Breno reiterou a importância de repetir o exercício feito no ano  
168 anterior, visando mensurar a anuidade e verificar a possibilidade de aplicar descontos para  
169 pagamento à vista. A presidente Valquíria, ao tomar a palavra, destacou a necessidade de uma

170 análise para verificar a eficácia da estratégia adotada. Enfatizou a importância de observar o teto  
171 de R\$797,11 para a cobrança de anuidade, conforme determinação do COFECON, e ressaltou  
172 que não se pode ultrapassar esse valor para o próximo ano. A presidente frisou a importância de  
173 corrigir o valor da anuidade, que está defasado, e de analisar se a estratégia de 2% de desconto  
174 aplicada neste ano para pagamento à vista foi atrativa, levando em consideração o impacto na  
175 inadimplência. Solicitou-se que essa análise seja apresentada na reunião de novembro, visto que  
176 a proposta precisa ser aprovada e encaminhada ao COFECON.

177 **4- Prêmio Minas de Economia:** A presidente Valquíria informou que, no PME deste ano,  
178 houve impacto devido às greves nas universidades federais. Foram inscritas 26 inscritas  
179 monografias, e a UNIFAL não encaminhou as monografias. Diversas instituições, em razão das  
180 greves, enviaram um número reduzido de monografias, resultando em uma queda comparada ao  
181 ano anterior, quando houve 33 monografias inscritas. No entanto, diante do contexto, o volume  
182 atual foi considerado satisfatório. A presidente informou que as monografias serão  
183 encaminhadas à banca para avaliação e que foram solicitados aos coordenadores os nomes de  
184 professores doutores para compor a banca, conforme exigência do BDMG. Os nomes  
185 apresentados foram discutidos no grupo da comissão de educação, e o conselheiro Lourival  
186 sugeriu que fossem escolhidos professores registrados no conselho. Após consulta, foi  
187 identificada a professora Flaviane Sousa Santiago, com registro nº 7381, da Universidade de  
188 Juiz de Fora e a professora Sidinéia Souza da Unimontes. A presidente Valquíria pediu ao  
189 conselheiro Francisco Horácio que, após a distribuição das monografias, realizasse uma reunião  
190 com as professoras para definir a distribuição, análise e discussão dos trabalhos, considerando as  
191 monografias de relações econômicas internacionais. O prazo de entrega das monografias,  
192 incluindo a premiação, foi estipulado para 22 de novembro de 2024.

193 **5- Programa de Atendimento Ao Superendividado (PAS):** A presidente Valquíria solicitou  
194 aos conselheiros Alice e Ario um relato sobre as audiências do PAS. O Conselheiro Ario  
195 mencionou que a área é relevante para revitalizar a perícia, com a ideia de que o conselho  
196 participe dos processos de formação e os replique. Ressaltou que isso depende da decisão do  
197 Ministério Público e que a presidente Valquíria aguarda a formalização de uma parceria entre o  
198 CORECON e o Ministério Público, para que os registrados interessados em atuar como  
199 negociadores possam ter acesso à Escola de Administração do Ministério Público e receber  
200 treinamentos específicos sobre legislação. O conselheiro Ario informou que o primeiro passo é a  
201 formalização da parceria para definir os procedimentos. Inicialmente, o trabalho será voluntário,  
202 pois atualmente há apenas um economista envolvido no projeto. O Ministério Público tem como  
203 objetivo expandir o projeto, amparado por uma lei que obriga os bancos a realizar negociações.  
204 Essa parceria com o Corecon-MG visa atender especificamente pessoas superendividadas, com  
205 triagem, análise documental e entrevistas, focando nas que possuem rendimentos de até quatro  
206 salários mínimos, para resgatar a dignidade dos endividados e tratar a dívida de forma mais  
207 humanitária. Com a palavra, a conselheira Tânia sugeriu que, assim como foi criado o programa  
208 "Brumadinho para Todos" no contexto do rompimento da barragem para discutir questões  
209 ambientais, poderia ser desenvolvido um programa em que os cursos pudessem encaminhar  
210 projetos. Com essa abordagem, seria possível inserir estudantes de forma que eles não  
211 realizassem o trabalho diretamente, o que não é permitido, mas participassem de projetos

212 orientados por professores, o que configuraria uma situação diferente. A conselheira Tania  
213 mencionou que caberia ao grupo elaborar esse projeto, que está alinhado com as intenções do  
214 COFECON de viabilizar iniciativas nesse sentido. Ressaltou que é desafiador para os cursos de  
215 economia realizarem extensão sem um programa e sem um projeto, pois apenas com a disciplina  
216 isso se torna inviável, especialmente considerando as muitas demandas existentes. Concluiu  
217 sugerindo que, além do assessoramento, fosse pensado um programa que contemplasse a  
218 educação social financeira ou a questão do endividamento, possibilitando um trabalho  
219 coordenado. Com a palavra, a presidente Valquíria afirmou que o projeto está inicialmente bem  
220 estruturado e que o CORECON está começando a participar e acompanhar como ele pode  
221 crescer. A presidente observou que, em determinado momento, haverá a necessidade de incluir  
222 mais alunos e faculdades para fomentar a discussão sobre educação financeira. Destacou que,  
223 inicialmente, qualquer participação do CORECON na mediação de superendividados com os  
224 bancos e na proposta de transformar essa iniciativa em um projeto de extensão já foi apresentada  
225 ao Ministério Público. No entanto, pontuou que, por ora, o Ministério Público possui  
226 atendimento específico para essa parte, mas isso não significa que tal colaboração não possa  
227 ocorrer futuramente.

228 **6-ANGE E ENCONTRO COM OS COORDENADORES:** A presidente Valquíria informou  
229 que a proposta para participação na ANGE, que ocorrerá nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de  
230 novembro, em São Paulo, está em andamento. Está sendo articulada a participação da  
231 conselheira Tania na coordenação de uma mesa, com o apoio de Paulo Fracalanza, por ser  
232 considerada de extrema importância a presença da conselheira nas discussões. A presidente  
233 ressaltou que o objetivo é levar as demandas discutidas na reunião do conselho com os  
234 coordenadores para o evento. A presidente destacou que os coordenadores demonstraram grande  
235 satisfação com essa aproximação do CORECON, e várias discussões realizadas serão  
236 transformadas em pautas a serem apresentadas no congresso da ANGE. Este ano, a participação  
237 dos CORECONs tem sido intensa, o que reforça a importância do envolvimento. Informou  
238 também que o coordenador do curso de Uberlândia manifestou interesse em trazer a ANGE  
239 2025 para Minas Gerais e que a candidatura será apresentada durante o congresso, aguardando  
240 aprovação pela assembleia e pela plenária presente. A conselheira Tania informou que  
241 participará do primeiro grupo de discussão das diretrizes curriculares e estará presente no Fórum  
242 das Mulheres. A conselheira Beatriz Barros lembrou à presidente Valquíria sobre a  
243 programação de novembro, referente ao Mês da Consciência Negra. A presidente Valquíria  
244 informou que a conselheira Beatriz Barros, em conjunto com os integrantes da Rede de  
245 Economistas Pretos e Pretas de Minas Gerais (REP), está organizando a programação do Mês da  
246 Consciência Negra. A conselheira Beatriz tomou a palavra e detalhou a programação em  
247 elaboração, que inclui três atividades principais. A primeira atividade consiste em criar uma lista  
248 e utilizar as redes sociais do CORECON para divulgar um link no qual economistas negros  
249 possam indicar suas áreas de pesquisa e atuação, além de recomendar autores e profissionais que  
250 apreciam e consultar economistas negros conhecidos. O objetivo dessa ação é fomentar o  
251 compromisso do conselho com o combate à desigualdade de gênero e racial. A segunda  
252 atividade será a produção de um podcast. A conselheira Beatriz destacou que um dos maiores  
253 desafios relacionados ao Mês da Consciência Negra é trazer a participação de economistas em

254 discussões que vão além das pautas sociais e raciais, superando o estigma de serem convidados  
 255 apenas para tratar dessas temáticas. O podcast abordará uma variedade de temas com o intuito  
 256 de promover uma discussão mais ampla. Por fim, a terceira atividade será uma palestra no  
 257 conselho, com temas abertos como inflação, custo de vida no Brasil e perspectivas econômicas.  
 258 Serão convidados economistas autodeclarados negros para compor uma mesa de discussão,  
 259 enriquecendo o debate e promovendo a representatividade

260 **II – ORDEM DO DIA:**

261 **1-DISCUSSÃO E HOMOLOGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REGISTRO,**  
 262 **CANCELAMENTO, SUSPENSÃO E REMISSÃO:** Debate e homologação dos deferimentos,  
 263 indeferimentos e diligências dos processos avaliados.

<b>PROCESSOS RELATADOS - PLENÁRIA - 08/10/2024</b>			
<b>Proc. n.º</b>	<b>Registrado(a)</b>	<b>Nº</b>	<b>Decisão da plenária</b>
362/2024	CARLA FERREIRA DA SILVA GUEDES	7844	DEFERIDO
334/2024	DARIO MAGNO DE MIRANDA MAIA	2078	DEFERIDO
343/2024	ERINALDO ROSARIO GOMES	6355	DILIGÊNCIA
253/2019	ERNESTO ANTONIO DE SOUZA JUNIOR	5286	INDEFERIDO
177/2023	JACQUES PARREIRAS BARBOSA	3977	DEFERIDO
329/2024	JMPM CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	431	INDEFERIDO
335/2024	JOAO VICENTE DE MELO	3968	DEFERIDO
276/2024	JOSE HENRIQUE DINIZ FIGUEIREDO	3389	INDEFERIDO
341/2024	JOSE LOURENCO VIANA NETO	642	DEFERIDO
213/2023	JOSE RICARDO DE MORAES PINTO	5970	DEFERIDO
296/2024	MABEL MARTINS DO VALE	8214	DEFERIDO
224/2023	MARIA CRISTINA ANTUNES AMARAL	6971	DILIGÊNCIA
371/2024	MARISE XAVIER BRANDAO	4173	DEFERIDO
357/2024	MATEUS SOARES GALINDO	8604	INDEFERIDO
365/2024	MAURICIO MACHADO BARBOSA	5945	DEFERIDO
360/2024	PAULO HENRIQUE BOTELHO DE OLIVEIRA LEITE	8283	DEFERIDO
326/2024	PAULO TADEU LOPES	7412	DILIGÊNCIA
333/2024	RENATO ROCHA CARNEIRO	3680	DEFERIDO
190/2023	RICARDO CESAR ALVES	7319	INDEFERIDO
182/2023	SILVANA DOS SANTOS	6542	DEFERIDO
147/2023	VIVIAN DE CAMPOS SOUTO E BENEDITO	6139	DEFERIDO
150/2021	WELLINGTON RESENDE FERREIRA	6958	INDEFERIDO

264  
 265  
 266

267 **2- HOMOLOGAÇÃO DE REGISTRO PESSOA FÍSICA E JURÍDICA:**

<b>REGISTRADO</b>	<b>Nº DO REGISTRO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>
WADSON CRISTIAN FONSECA SILVA	8759	458/2024
LUCAS JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA	8760	459/2024
RENATA PEREIRA SILVA LAUBE	8761	485/2024
SIMONE ROTONDO ROCHA	8762	471/2024
RODRIGO DO NASCIMENTO LUCCHESI	8763	472/2024
BRUNO GERMANO MARTINS PASCHOAL	8764	473/2024
MARIA ROSÁLIA PIMENTA	8765	474/2024
THAYANA ALINE VASCONCELOS SOARES	8766	475/2024

268 **ENCERRAMENTO:** Na sequência, às 21horas, a presidente encerrou os trabalhos, dos quais  
 269 eu, Breno Leandro do Carmo Correa, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai  
 270 assinada pela senhora presidente, pelos conselheiros e por mim, presentes na sessão plenária de  
 271 08 de outubro de 2024.

Valquíria Aparecida Assis  
Presidente

Carolina Rocha Batista  
Vice-presidente

Alzira Alice de Souza  
Conselheira Efetiva

Ario Maro de Andrade  
Conselheiro Efetivo

Lourival Batista Oliveira  
Conselheiro Efetivo

Beatriz Cavalcante de Oliveira  
Conselheira Efetiva

Wallace Marcelino Pereira  
Conselheiro Suplente

Tania Cristina Teixeira  
Conselheira Suplente

Davyson Demmer  
Guimarães Barbosa  
Conselheiro Suplente

Breno Leandro Carmo  
Gerente Executivo